

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.624 - PR (2020/0263330-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : GUILHERME HENRIQUE HAMADA - PR061991
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
ADVOGADOS : ALESSANDRA CARDOSO HERNANDES - PR025113
PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA - PR061284
INTERES. : H G M (MENOR)

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DO PARANÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO AÇÃO CIVIL PÚBLICA PLEITO DE CONCESSÃO DE TRATAMENTOS DE HIDROTERAPIA E EQUOTERAPIA MENOR PORTADOR DE PARALISIA CEREBRAL QUADRIPLÁGICA ESPÁSTICA (CID G800) APELAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE (I) TAMANDARÉ 1 NULIDADE DA SENTENÇA INEXISTÊNCIA COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE PARA JULGAMENTO DO FEITO 2 INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO REVELIA CONTAGEM DE PRAZO EM DIAS CORRIDOS QUE FOI EXPRESSAMENTE CONSIGNADA EM DECISÃO INICIAL AUSÊNCIA DE PREJUÍZO 3 OS TRATAMENTOS OFERECIDOS AO MENOR NÃO AFASTAM A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO JUDICIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL APELAÇÃO ESTADO DO PARANÁ (II) 4 TRATAMENTO QUE NÃO CONSTA NOS PROTOCOLOS DO SUS PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE PREVISTO NO ART 196 DA CF COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DOS TRATAMENTOS 5 RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS 6 MULTA DIÁRIA IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO 7 DIMINUIÇÃO DO VALOR DA MULTA E LIMITAÇÃO CABIMENTO RECURSO DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ (I) CONHECIDO E DESPROVIDO RECURSO DO ESTADO DO PARANÁ (II) CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO SENTENÇA MANTIDA NOS DEMAIS ASPECTOS EM REEXAME NECESSÁRIO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a", do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 19-M, I, 19-P, 19-Q e 19-R da Lei n. 8.080/1990, no que concerne à concessão de tratamento médico com pouca comprovação científica, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A E. 5 a Câmara Cível, inicialmente, afirmou que não poderia ser aplicado o entendimento por não ter sido suscitado na apelação do Estado do Paraná.

Após novos embargos de declaração, entendeu que o E. STJ decidiu apenas a questão relativa ao fornecimento de medicamentos pelo SUS e não tratamentos em geral.

Não é verdade. O E. STJ determinou que só sejam concedidos judicialmente tratamentos médicos nos quais haja comprovação científica da imprescindibilidade do tratamento e da ineficácia dos métodos disponibilizados pelo SUS.

Contudo, no presente caso, foi provido o pedido para fornecimento de tratamento fisioterápico com pouca comprovação científica e considerado pela Corte de Justiça como experimental (fls. 500- 501).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF”. (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente